

27 MAI 1993

DÍVIDA EXTERNA

JORNAL DA TARDE

Definidas normas para refinanciamento

GOVERNO E COMITÊ ANUNCIAM ENTENDIMENTO

O governo brasileiro e o Comitê Assessor dos Bancos Credores anunciaram ontem que chegaram a um entendimento em relação às normas para a redefinição das opções de refinanciamento do débito de US\$ 37 bilhões que o Brasil mantém junto a mais de 700 bancos estrangeiros. Nota distribuída simultaneamente em Brasília e Nova York informa que o Brasil está solicitando aos bancos que optem por trocar seus títulos

da dívida brasileira por, no máximo, 40% de bônus ao par, e no mínimo, por 35% de bônus com desconto.

A nota informa também que o Brasil solicitou que a data de conclusão do acordo com os bancos seja estendida de 31 de julho para 30 de novembro. Essa prorrogação estava prevista no acordo inicial acertado com os bancos no ano passado. A ampliação do prazo permitirá ao Brasil fechar

um acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), pois, sem esse acordo, não ocorrerá a assinatura do acordo final com todos os bancos credores.

O negociador oficial da dívida externa, Pedro Malan, previu ontem que até 10 de julho a maior parte da massa de bancos credores já terá redirecionado suas opções de refinanciamento, dentro dos limites acertados com o Comitê Assessor. Isso permitirá a

acelerar o trabalho de redação final dos textos dos acordos, que deverão ser assinados entre o Brasil e cada um dos 700 bancos.

Malan informou que, na terça-feira, teve uma reunião com o relator da Comissão da Dívida Externa do Senado, Djalma Fogaça (PMDB-RS), para fazer um relato sobre o redirecionamento das opções de refinanciamento. Caberá ao Senado aprovar ou rejeitar os termos finais do acordo.